

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

6ª Sessão Ordinária de 2016

(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, de 18/03/2016, págs. 1/15)

Dia: 29/03/2016

Hora: 14:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul
Quadra 2, Lote 3 – Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 24/02/2015

1. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001352/2012-24

Requerente: Ailton José da Silva – Presidente da ANMPM; Alexandre Camanho de Assis – Presidente da ANPR; Antônio Marcos Dezan – Presidente da AMPDFT; Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT; Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Carlos Eduardo de Azevedo Lima - Presidente da ANPT; José Robalinho Cavalcanti – Vice-Presidente da ANPR

Requerido: Ministério Público da União

Assunto: Requer a determinação por este Conselho, no âmbito do Ministério Público da União, da revisão das Portarias PGR 537/2003, 645/2003 e 525/2006, que disciplinam o tema, para possibilitar o pagamento em pecúnia da licença-prêmio que o membro faz jus e não pretende fruir, antes da ocorrência da aposentadoria ou causa extintiva do vínculo funcional.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (Relator anterior: Cons. Fabiano Silveira)

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Pedidos de Vista em 14/04/2015

2. Proposição n.º 0.00.000.000394/2011-67

Proponente: Conselheiro Almino Afonso

Assunto: Proposta de Resolução, com vistas a estabelecer instruções para o cumprimento da Lei Federal n.º 11.767, de 2008, sobre os pedidos do Ministério Público em relação à busca e apreensão em escritórios de advocacia e local de trabalho do advogado.

Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

3. Proposição n.º 0.00.000.001095/2013-10
Proponente: Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira
Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP n.º 36/2009, para tornar obrigatória a realização de inspeções ordinárias por parte das Corregedorias de todas as unidades do Ministério Público, nos órgãos e serviços que operam, auxiliam ou supervisionam a operação de sistemas de monitoramento de intercepções telefônicas, e dá outras providências.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

Pedido de Vista em 29/07/2015 – 14ª Sessão Ordinária

4. Proposição n.º 0.00.000.000659/2014-70
Proponente: Presidência do CNMP
Assunto: Proposta de Resolução que regulamenta o § 6º, do art. 5º, da Lei n.º 7.347/85, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza (Relator Anterior: Cons. Alexandre Berzosa Saliba)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedido de Vista em 22/09/2015

5. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000334/2015-78
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Assunto: Visa apurar a efetividade do controle de residência fora da Comarca no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe, inclusive em relação aos casos anteriormente observados, conforme o item 7.14 do Relatório Conclusivo de Inspeção do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Otavio Brito Lopes

Pedido de Vista em 13/10/2015

6. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001658/2013-61
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – SINDSEMP/RN
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Assunto: Requer o controle, junto ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, dos servidores cedidos ou requisitados de órgãos da administração pública municipal, estadual ou federal, sem que seja para o exercício de cargo ou função de confiança, bem como a regularização do quadro de servidores, conforme as regras do art. 37, II, da CF e art. 106, da LCE n.º 122/1994.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Rio Grande do Norte
Vista: Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedidos de Vista em 27/10/2015

7. Proposição n.º 0.00.000.001310/2013-74
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Recomendação que revoga a Recomendação CNMP n.º 16, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público como órgão interveniente no processo civil.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
8. Proposição n.º 0.00.000.000171/2014-42
Proponente: Conselheiro Esdras Dantas de Souza
Assunto: Proposta de Recomendação aos membros do Ministério Público para se absterem de adotar medidas contrárias ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça (RESP 1.192.332/RS) que, conforme os artigos 13 e 25, da Lei n.º 8.666/93, autoriza o ente público a contratar o advogado por inexigibilidade de licitação, assegurando a inviolabilidade ao exercício profissional do advogado.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha
9. Proposição n.º 0.00.000.000704/2014-96
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a agilização dos processos de adoção e destituição do poder familiar no âmbito do Ministério Público dos Estados.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
10. Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001795/2014-87
Requerente: Paulo Adriano Nunes Miranda
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de Goiás, em fornecer informações quanto às providências tomadas na denúncia protocolada sob o n.º 20K00489448.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Goiás
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte
Cons. Otavio Brito Lopes
11. Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.000364/2015-84
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Assunto: Visa apurar irregularidades por parte da 3ª Promotoria de Justiça de Águas Lindas de Goiás, na tramitação de diversos procedimentos, conforme constatado em inspeção realizada pela Corregedoria Nacional do Ministério Público nas unidades do Ministério Público do Estado de Goiás.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Pedidos de Vista em 24/11/2015

12. Proposição n.º 0.00.000.001045/2013-24

Proponente: Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública

Assunto: Proposta de Resolução que regulamenta procedimentos de natureza administrativa sobre a tramitação direta do inquérito policial entre o Ministério Público e a Polícia Judiciária.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

13. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000470/2014-87 (Embargos de Declaração)

Embargante: Dirceu Dresch

Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que acolheu a preliminar de incompetência do CNMP, determinando o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, que visa apurar irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas em auditoria realizada no Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina, envolvendo a legalidade dos atos de pessoal concernentes ao preenchimento de cargos efetivos e comissionados, teto remuneratório, vantagens remuneratórias, cessão de servidores, acumulação de cargos, controle de frequência e controle interno.

Relator: Cons. Walter de Agra Júnior

Origem: Santa Catarina

Vista: Cons. Fábio Bastos Stica
Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Cons. Otavio Brito Lopes
Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedido de Vista em 15/12/2015 – 23ª Sessão Ordinária

14. Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público n.º 0.00.000.000250/2015-34 (Recurso Interno)

Recorrente: Zélia Saraiva Lima – Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Piauí

Recorrido: Ministério Público Federal no Estado do Piauí

Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público, na qual é requerido o acolhimento da indicação de membro do Ministério Público do Estado do Piauí, para o exercício da função eleitoral na 63ª Zona Eleitoral – Teresina, com a consequente designação pelo Procurador Regional Eleitoral da Circunscrição do mencionado Estado.

Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte

Origem: Piauí

Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Pedido de Vista em 15/12/2015 – 24ª Sessão Ordinária

15. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000543/2013-50 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000443/2013-23)

Requerente: Luís Antônio Camargo de Melo – Procurador-Geral do Trabalho
Requeridos: Ministério Público da União e Ministério Público dos Estados
Assunto: Requer que o Conselho Nacional do Ministério Público normatize a questão das cotas para ingresso de representantes de minorias étnico-raciais nos concursos do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Pedido de Vista em 26/01/2016

16. Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000506/2015-11 (Recurso Interno)

Recorrente: Rodrigo Costa Feitosa
Advogado: Márcio Messias Cunha – OAB/GO n.º 13.955
Recorrido: Membros do Ministério Público Federal no Estado de Tocantins
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal no Estado de Tocantins.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Tocantins
Vista: Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedidos de Vista em 27/01/2016

17. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000040/2011-12

Requerente: Fernando Zardini Antonio
Assunto: Requer providências acerca da aplicação e extensão do teor do artigo 15, parágrafo único, da Resolução nº 13, de 02 de outubro de 2006, no âmbito do Ministério Público.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha (Relator anterior: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior)
Origem: Espírito Santo
Vista: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Cons. Sérgio Ricardo de Souza

18. Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.001408/2013-21 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.001400/2009-89)

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado do Amazonas.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

19. Proposição n.º 0.00.000.001501/2013-36
Proponente: Conselheiro Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Presidente do CNMP
Assunto: Proposta de Resolução que institui a Política de Segurança Institucional e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes (Relator Anterior: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica
20. Proposição n.º 0.00.000.000660/2014-02
Proponente: Presidência do CNMP
Assunto: Proposta de Resolução que disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte
21. Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.000025/2015-06 (Embargos de Declaração)
Embargante: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Advogado: Rubimar Barreto Silveira – OAB/MT n.º 3.640
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que determinou a aplicação da penalidade de advertência a membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Mato Grosso
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 15/03/2016

22. Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000762/2015-09 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado da Paraíba
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que determinou o arquivamento do presente Procedimento Interno de Comissão, recomendando a adoção de providências ao Ministério Público do Estado da Paraíba.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Paraíba
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 12ª Sessão Ordinária (23/06/2015)

23. Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001327/2014-11
Requerente: Emanuela Mesquita Ferreira Lima
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de Ceará em concluir o processo n.º 21913/2011, que tramita na Procuradoria dos Crimes contra a Administração Pública, a qual apura perda atuarial em mais de 55 municípios do Estado do Ceará, que adotaram o regime próprio de Previdência Social.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Ceará

Incluído na Pauta da 19ª Sessão Ordinária (13/10/2015)

24. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000119/2014-96

Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Interessado: Aldo Clemente de Araújo Filho – Presidente do SINDSEMP/RN

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Assunto: Requer o controle de projeto de lei que cria o "Núcleo de Apoio Volante", a ser composto por analistas e técnicos do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, bem como que seja recomendado ao Procurador-Geral de Justiça do mencionado Estado que se abstenha de criar ou aumentar o número cargos em comissão.

Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Origem: Rio Grande do Norte

Incluídos na Pauta da 23ª Sessão Ordinária (15/12/2015)

25. Inspeção n.º 0.00.000.000622/2014-41

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Assunto: Acompanhamento do cumprimento das proposições contidas no relatório conclusivo da Inspeção realizada no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Origem: Distrito Federal

26. Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001548/2014-81 (Pedido de Revisão)

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Assunto: Pedido de revisão de decisão monocrática que determinou o arquivamento de Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo, na qual é requerida a apuração de inércia por parte da 7ª Promotoria de Justiça Cível de Vila Velha/ES, na análise de notícias de fato, conforme constatado em inspeção realizada pela Corregedoria Nacional do Ministério Público nas unidades do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.

Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 3ª Sessão Ordinária (16/02/2016)

27. Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.000246/2013-12 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.001290/2012-51)

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Pará

Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Pará

Advogado: Luis André Ferreira da Cunha – OAB/PA n.º 18899-B

Assunto: Pedido de Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 081/2010/CGMP, que tramita no Ministério Público do Estado do Pará.

Relator: Cons. Otavio Brito Lopes

Origem: Distrito Federal

28. Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho n.º 0.00.000.000001/2014-68
Requerente: Francisco das Chagas Santiago da Cruz – Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas
Requerido: Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas
Assunto: Requer o cumprimento, pelo Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas, de decisão exarada nos autos do Processo n.º 1353/2012-79, em vista de decisão daquele Colegiado que determinou a conversão, em multa, da pena de suspensão imposta a membro daquele Parquet.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Amazonas
29. Consulta n.º 0.00.000.000451/2014-51
Requerente: Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União – SINASEMPU
Advogado: Fábio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF n.º 34.163
Interessado: Roberto Negri – Presidente do SINASEMPU
Assunto: Consulta acerca da possibilidade de Analistas do Ministério Público da União do cargo de Perícia/Engenharia de Segurança do Trabalho e do cargo de Perícia/Medicina do Trabalho ingressarem e transitarem livremente em empresas investigadas, sem a presença de um membro do Ministério Público para a realização de inspeções e vistorias técnicas.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
30. Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.000677/2014-51
Requerente: Alexandre Augusto da Cruz Feliciano – Promotor de Justiça/SP
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Pedido de Revisão de Processo Administrativo n.º 06-12, que tramitou no Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: São Paulo

Processos desta Sessão (29/03/2016)

31. Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.000225/2014-70 (Embargos de Declaração)
(Apenso: Processo n.º 0.00.000.000465/2013-93)
Embargante: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Advogados: Willer Tomaz de Souza – OAB/DF n.º 32.023
Paulo de Oliveira Masullo – OAB/DF n.º 41.738
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que deu provimento parcial aos Embargos de Declaração, mantendo a determinação para que o Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais proceda à apuração dos fatos noticiados pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo quanto à repercussão penal da conduta de membro do Ministério Público mineiro.
Relator Originário: Cons. Antônio Pereira Duarte
Relator dos Embargos de Declaração: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal

32. Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.001434/2014-31
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão
Advogados: Danielle de Sena Lourenço – OAB/MA n.º 14.630-A; Nelson Wilians Fraton Rodrigues – OAB/MA n.º 9.348-A
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado do Maranhão.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
33. Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000216/2015-60 (Recurso Interno)
Recorrente: Maxon Vander Monteiro
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Espírito Santo
34. Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000629/2015-44 (Recurso Interno)
Recorrente: Mariselma Marques Costa
Recorrido: Membros do Ministério Público Federal no Estado de São Paulo
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal no Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: São Paulo
35. Inspeção n.º 0.00.000.000867/2015-50
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Militar
Assunto: Aprovação do Relatório Conclusivo de Inspeção realizada na Corregedoria Geral do Ministério Público Militar.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
36. Inspeção n.º 0.00.000.000868/2015-02
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Aprovação do Relatório Conclusivo de Inspeção realizada na Corregedoria Geral do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
37. Inspeção n.º 0.00.000.000869/2015-49
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Aprovação do Relatório Conclusivo de Inspeção realizada na Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 24/11/2015

1. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00004/2015-08
Requerente: Paulo Eduardo Bueno
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ato Administrativo. Portaria 78/1994. Portaria 217/1994. MPF. Conselho Superior. Procurador da República. Procurador Regional da República. Carreira. Promoção. Tempo de serviço. Renúncia. Reposicionamento.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

Pedido de Vista em 26/01/2016

2. Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 1.00188/2015-16
Requerente: Anton Klaus Matheus Morais Tavares
Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins
Interessado: Helio Luiz Cáceres Peres Miranda
Objeto: Cumprimento. Resolução CNMP nº 81/2012. Garantia. Nomeação do requerente. Vagas de Portadores de Necessidades Especiais. Cargo de Promotor de Justiça do Estado do Tocantins.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Tocantins
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedidos de Vista em 27/01/2016

3. Proposição nº 1.00059/2015-09
Proponente: Jeferson Luiz Pereira Coelho
Objeto: Proposta de Resolução que institui órgãos de Controle Interno no Ministério Público Brasileiro.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Cons. Fábio Bastos Stica
4. Proposição nº 1.00126/2015-31
Proponente: Jarbas Soares Júnior
Objeto: Proposição. Dispõe que as provisões de encargos trabalhistas a serem pagas pelas Unidades Ministeriais às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua no âmbito do Ministério Público sejam glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
Vista: Presidente

Pedidos de Vista em 15/03/2016

5. Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00022/2015-81
Requerente: Corregedoria Nacional
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Falta Funcional. Censura. Descumprimento. Negligência. Inércia. Excesso de Prazo. Exercício Função. Andamento Processual
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Valter Shuenquener de Araújo

6. Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00077/2015-82
Requerente: Corregedoria Nacional
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Promotor de Justiça aposentado. MP/PA. Perda do cargo. Cassação de aposentadoria. Apensamento da SIND 498/2012-52.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Pará
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

7. Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00277/2015-53
Requerente: Anna Victória Muylaert Saraiva Cavalcanti Dias
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Revisão de Processo Disciplinar. PAD nº 02/2104. Ministério Público do Estado do Piauí. Em desfavor de Promotor de Justiça Substituto.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Piauí
Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Cons. Walter de Agra Júnior

8. Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00420/2015-16
Requerente: Aristides Silva Pinheiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Revisão. Processo Administrativo Disciplinar nº 03/2014. Decisão emanada pelo Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Piauí. Ministério Público do Estado do Piauí.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Piauí
Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

9. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00064/2016-67
Requerente: Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Desconstituição de ato. Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Autos do Processo Administrativo nº 00001.01104/2015-4. Ajuda de Custo. Remoções Voluntárias. Violação a princípios da Administração Pública.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Rio Grande do Sul
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Processos Remanescentes

Incluídos na Pauta da 21ª Sessão Ordinária (10/11/2015)

10. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00128/2015-49
Requerente: Procuradoria Geral do Trabalho
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Resolução nº 121/2015. Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho. Nulidade do inciso VII, do artigo 6º. Autorização de concessão de medidas liminares/cautelares pelos Conselheiros Relatores. Ausência de atribuição do Colegiado para assegurar direitos em casos concretos. Liminar.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal
11. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00233/2015-50
Requerentes: Adriana Silveira Machado; Fabio Leal Cardoso; Junia Soares Nader; Vera Regina Della Pozza Reis
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Procuradoria Geral do Trabalho. Anulação da Decisão nos autos do IC nº 000381.2009.03.003/3. Preservação da decisão colegiada exarada pela Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 23ª Sessão Ordinária (15/12/2015)

12. Proposição nº 1.00222/2015-52
Proponente: Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Objeto: Proposta de Enunciado que dispõe sobre a competência do Conselho Nacional do Ministério público na análise de ato de Procurador-Geral.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal
13. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00320/2015-80
Requerente: Eduardo Antunes Parmeggiani
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho. Reformulação da lista de antiguidade dos membros do Ministério Público do Trabalho. Cômputo do período em que exerceu o cargo de Subprocurador-Geral do Trabalho para fins de antiguidade na classe de Procurador Regional do Trabalho.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Rio Grande do Sul
14. Proposição nº 1.00333/2015-96
Proponente: Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Presidente do CNMP
Objeto: Proposta de Resolução. Instituição. Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal

15. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00336/2015-57
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Requer afastar a exigência contida no art. 1º do Ato nº 24/2015-PGMP e do art. 7º, § 2º, do Ato 20/2014-PGMP.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Bahia

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão Ordinária (26/01/2016)

16. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00209/2015-49
Requerente: André Luís Alves de Melo
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Pedido de Aposentadoria Especial. Atividade de Risco Análoga ao dos Policiais. Revisão de Decisão do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Minas Gerais
17. Proposição nº 1.00310/2015-36
Proponente: Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Proposta. Emenda Regimental. Alteração dos art. 18, 77 e 84 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal
18. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00327/2015-66 (Recurso Interno)
Recorrente: Wendell Beethoven Ribeiro Agra
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Desconstituição Integral ou Revisão Parcial. Resolução nº 010/2015-CPJ. Determinação ao Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte para que proceda nova apreciação da proposta de alteração de atribuições contida no Processo Administrativo nº 6.714/2013.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Rio Grande do Norte

Incluídos na Pauta da 3ª Sessão Ordinária (16/02/2016)

19. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00265/2015-00
Requerente: Paulo Celso Ramos dos Santos
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Anulação. Eleição. Ouvidor-Geral do Ministério Público do Estado do Amapá. Igualdade de condições entre os candidatos. Realização de novo pleito.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Amapá

20. Proposição nº 1.00312/2015-43
Proponente: Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Proposta de Recomendação. Define parâmetros para a atuação dos membros do Ministério Público brasileiro para a alimentação e atualização do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 5ª Sessão Ordinária (15/03/2016)

21. Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00162/2015-03
Requerente: Sigiloso
Requerido: Sigiloso
Objeto: Processo Administrativo Disciplinar. Membro do Ministério Público Federal no Estado de Rondônia. Referente à RD nº 0.00.000.001178/2014-81.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Rondônia
22. Pedido de Providências nº 1.00380/2015-58
Requerente: Eduardo Libardoni
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Portarias. Procuradoria da República no Município de Chapecó. Plantão Institucional fora do horário de expediente. Indenização por horas trabalhadas. Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Santa Catarina
23. Pedido de Providências nº 1.00398/2015-31
Requerente: Andréa Barbosa Guimarães
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Promoção de Arquivamento. Procedimento nº 201500994167. Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Inexistência de falta funcional praticada por membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Rio de Janeiro
24. Proposição nº 1.00434/2015-85
Proponente: Walter de Agra Júnior
Objeto: Proposta de Recomendação que dispõe sobre a uniformização e atuação do Ministério Público Brasileiro, através de políticas e diretrizes administrativas que fomentem o combate à síndrome de alienação parental que compromete o direito à convivência familiar da criança, adolescente, pessoa com deficiência e incapazes de exprimir a sua vontade.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Distrito Federal

25. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00449/2015-06
Requerente: Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Suspensão. Decisão. Processo nº 20668/2014-9 (40460/2014-7). Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Ceará. Pagamento de gratificação de titulação, no percentual de 20% a servidor.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Ceará

Processos desta Sessão (29/03/2016)

26. Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00353/2015-85
Requerente: Renato da Silva Filho
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco
Advogados: Leonardo Sales de Aguiar – OAB/PE n.º 24.583; Sandoval de Arruda Beltrão Júnior – OAB/PE n.º 1.636
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco. Portaria CGMP 018/2013. OECPJ 002/2014.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Pernambuco
27. Processo Administrativo Disciplinar n.º 1.00372/2015-10
Requerente: Corregedoria Nacional
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará
Advogado: Paulo Roberto Farias Corrêa – OAB/PA n.º 13.141
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Pará. Portaria CN-CNMP-152/2015 exarada na Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000662/2015-74. Improbidade administrativa. Falsificação de documento.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Pará

ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, em exercício